

movimento de luta e história e muitas pessoas que estão entrando na diretoria, não conhecem de fato a raiz histórica da festa pois a associação é para os trâmites burocráticos e da organização da festa e não para interferir na estrutura dos elementos cerimoniais e famílias com mais de trinta anos de tradição de Reinado estão perdendo suas coroas, pois estão passando para outras famílias que mal conhecem os ritos e pediu para que o Conselho notificar a Associação para evitar assim a descaracterização da festa e que vários festeiros querem sair da festa por falta de respeito com elas, trocaram o mastro tradicional de madeira porque falaram que era feio, que alguns cortes foram beneficiados com transporte dentro da cidade e outros não, questionou sobre o aluguel da sede que Associação não presta conta e pediu uma reunião coma presidente da Associação, o padre da Igreja do Rosário e com o COMPAC, para apresentar o dossiê de registro da festa e mostrar que o Conselho tem o poder de fiscalizar sim, independente da opinião da Presidente, segundo Graça, o corte tem que saber chegar numa casa tem que saber receber, trazer uma coroa se a coroa tiver uma pessoa que faleceu, puxar essa coroa porque tudo ali tem uma tradição tem um respeito, tem que saber cantar no pé do mastro, saber cantar no pé da coroa, no pé do rei, da rainha, do rei perpétuo, rainha perpétua. Bárbara pede Graça para listar o que está sendo modificado na ritualística da festa. Que será marcada uma reunião de esclarecimento. E essa pauta foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Liliane Galdino, e assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

Membros Titulares	
Bárbara Silva Freitas	<i>Bárbara Silva Freitas</i>
Gláucia Luany Neto	<i>Gláucia Luany Neto</i>
Rafael Saldanha de Lima	<i>Rafael Saldanha de Lima</i>
Liliane Raimundo Galdino	<i>Liliane Galdino</i>
Marco Antônio de Assis Paiva	<i>Marco Antônio A. P. Oliveira</i>
Rodrigo Saldanha	<i>Rodrigo Saldanha</i>
Membros Suplentes	
Maria das Graças Epifânio	<i>Maria das Graças Epifânio</i>
Ananias José da Silva Neto	<i>Ananias José da Silva Neto</i>

Ata da 163ª (centésima sexagésima terceira) reunião ordinária do Conselho Consultivo e Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Bom Despacho, Minas Gerais, realizada no dia quatorze de julho de dois mil e vinte e três. A reunião foi realizada presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Bom Despacho, localizada na Avenida Maria da Conceição Del Duca, 150, Jaraguá, e coordenada pela presidente, Bárbara Freitas. Participaram da reunião, os seguintes membros: Bárbara Silva Freitas (titular); Rafael Saldanha de Lima (titular); Gláucia Luany Neto (titular); Liliane Galdino (titular); Marco Antônio (titular) e Ananias José da Silva Neto (suplente). Todos os conselheiros foram comunicados sobre a reunião por meio de mensagem enviada no grupo COMPAC BD no Whatsapp e que continha data, horário, local e pautas da reunião convocada. A pautas foram: 1- Outdoor na Praça da Estação; 2 - Projeto de Incêndio Egídio 3 – Instalação de um parquinho na Praça do Rosário e 4 – Demolição de residência na Rua Vigário Nicolau e 5 - Projeto Sala de Videomonitoramento Vila Militar. A reunião foi iniciada pela presidente Bárbara, que apresentou o projeto da Prefeitura Municipal de Bom Despacho, para a instalação de um outdoor na Praça de Estação de Bom Despacho, bem tombado pelo município. O conselheiro Marco Antônio fez a leitura do pedido enviado ao COMPAC, onde foi citado que a Prefeitura faria a instalação de outdoors em vários pontos da cidade, incluindo a Praça da Estação. O local requerido pela Prefeitura, seria no local acima dos banheiros da Praça da

Estação e a dimensão do outdoor seria 9x3m com quadro metálico duplo 30x30mm e quatro pés de eucalipto tratado de 6 a 7 metros de altura. Após a leitura do Memorando, a conselheira Bárbara salientou que a instalação do outdoor no local traria dificuldades para a visibilidade do bem tombado e também lembrou que no memorando não havia prazo para a retirada do mesmo. A conselheira Gláucia questionou se não haveria outro lugar para a instalação do outdoor e o conselheiro Marco Antônio citou que seria instalado em vários pontos da cidade. O conselheiro Rafael citou que o melhor lugar para a instalação do outdoor seria em frente a Câmara dos Vereadores, mas devido ao tamanho do outdoor o local não seria o ideal. Diante de todos os fatos apresentados, os conselheiros votaram contra a instalação na Praça da Estação, devido ao tamanho do outdoor, o que acabaria prejudicando na visibilidade da Praça e da Maria Fumaça. A segunda pauta apresentada foi o projeto de incêndio na Escola Estadual Coronel Egídio Benício de Abreu, que se encontra dentro do complexo da Vila Militar, bem tombado pelo município. A presidente Bárbara explicou que era um projeto simples que não impactaria na ambiência do bem tombado, o conselheiro Rafael fez a análise do projeto e concordou com a presidente Bárbara de que era um projeto simples. Através das análises dos conselheiros, todos votaram a favor da execução do projeto. A terceira pauta foi sobre a instalação de parquinho na Praça do Rosário. A proposta é uma parceria entre a Secretaria de Esportes com a administração do condomínio Chácara Alphaville, onde seria feito a instalação de parquinhos em várias praças da cidade. O conselheiro Marco Antônio fez a leitura do pedido onde a Secretaria de Esportes pede a aprovação do Conselho e caso houvesse negativa para a construção, que o Conselho indicasse outro local para a construção. Após análise do pedido, o Conselho decidiu que a Secretaria de Educação enviasse maiores informações sobre a proporção do projeto e que avaliaria em outra reunião. A quarta pauta foi sobre a demolição de uma residência inventariada na Rua Vigário Nicolau. A presidente Bárbara informou que o COMPAC recebeu um processo digital da Secretaria de Obras onde foi pedido a autorização para demolição da casa. Antes que o Conselho deliberasse sobre o pedido de demolição, foi constatado que a casa já havia sido demolida. Foi informado pela Secretaria de Obras que poderia multar o dono do imóvel pela demolição, mas que deveria haver uma correção do valor da multa. Através das informações obtidas, todos os conselheiros votaram contra a demolição do imóvel e que fosse feita a análise do valor corrigido da multa. A quinta pauta foi sobre o Projeto Sala de Videomonitoramento Vila Militar, a presidente Bárbara informou que o projeto é uma parceria da Prefeitura de Bom Despacho com a Polícia Militar e que contemplava também a instalação do Olho vivo na cidade de Bom Despacho. Foi solicitado a presença da Arquiteta da Prefeitura Caroline Nunes para responder as dúvidas dos

conselheiros. A arquiteta informou que seria uma obra nova onde hoje se encontra o estacionamento ao lado da bandeira de Minas no complexo da Vila Militar, em frente ao prédio central da Batalhão. A Arquiteta informou que o local foi escolhido pelo fato de que em edificações já existentes haveria a quebra de paredes, dificultando a realização da obra e que o local serviria para a sala de operações. O Conselheiro Ananias explicou que o sistema de olho vivo estaria interligado ao Centro de Operações da Polícia Militar, para que houvesse uma ação em conjunto da Prefeitura e a Polícia Militar e que o local serviria também para a troca de armas. O conselheiro Rafael perguntou sobre a fundamentação sobre a escolha das cores e sobre a arquitetura da construção, a arquiteta Caroline informou que para a escolha das cores se baseou no Dossiê de Tombamento do complexo da Vila Militar e que a arquitetura se baseou nos anexos construídos no complexo. O conselheiro Rafael informou que a recomendação no Dossiê, seria a eliminação dos blocos, pois a arquitetura não condiz com a arquitetura da Vila e do Prédio Central, pois todos aqueles anexos que foram construídos posteriormente não dão ambiência na Vila em si, sugerindo que houvesse uma mudança no projeto, para que tenha uma aparência mais próxima das construções originais, incluindo as casas do complexo. Os conselheiros questionaram a escolha do local, a arquiteta Caroline informou que analisou vários locais para a construção, mas que em todos havia algum impedimento, mas não soube informar ao certo quais seriam esses impedimentos e que o local indicado seria o ideal para a construção. A presidente Bárbara informou que a construção deveria pelo menos respeitar a ambiência do complexo para que o conselho votasse. O conselheiro Rafael questionou se a realização de eventos na Vila Militar não iria prejudicar na segurança das armas que seriam armazenadas no local e se foi considerado essa situação, indicando que o local não seria o

ideal para a construção, pedindo para que fosse enviado ao conselho a justificativa da escolha do local e não de outros lugares dentro do complexo da Vila Militar. Após todos os questionamentos, o conselho decidiu por unanimidade que não aprovaria o projeto como estava e que deveria haver uma mudança na arquitetura, mantendo uma ambiência com o prédio central ou das casas e questionou a escolha do local, causando um impacto negativo, sugerindo que a construção acontecesse próximo a oficina. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Marco Antônio Paiva, e assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

Membros Titulares	
Bárbara Silva Freitas	<i>Bárbara Silva Freitas</i>
Gláucia Luany Neto	<i>Gláucia</i>
Rafael Saldanha de Lima	<i>Rafael Saldanha de Lima</i>
Liliane Raimundo Galdino	<i>Liliane</i>
Marco Antônio Assis Paiva de Oliveira	<i>Marco Antônio A. P. de Oliveira</i>
Membros Suplentes	
Ananias José da Silva Neto	<i>Ananias J. da Silva</i>

Ata da 164ª (centésima sexagésima quarta) reunião extraordinária do Conselho Consultivo e Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Bom Despacho, Minas Gerais, realizada no dia dois de agosto de dois mil e vinte e três. A reunião foi realizada presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Bom Despacho, localizada na Avenida Maria da Conceição Del Duca, 150, Jaraguá, e coordenada pela presidente, Bárbara Freitas. Participaram da reunião, os seguintes membros: Bárbara Freitas (titular); Gláucia Luany Neto (titular); Liliane Galdino (titular); Marco Antônio Paiva (titular), Ananias José da Silva Neto (suplente). Todos os conselheiros foram comunicados sobre a reunião por meio da mensagem enviada no grupo COMPAC BD no WhatsApp e que continha data, horário, local e pautas da reunião. A pauta foi: 1 – Sala de videomonitoramento na Vila Militar. A reunião foi iniciada pela presidente Bárbara que logo passou a palavra para a Arquiteta da Prefeitura Municipal de Bom Despacho, Caroline Nunes. A Arquiteta começou falando sobre o pedido do Conselho para a mudança arquitetônica do projeto da sala de videomonitoramento, alegando que foi feita uma análise do projeto e do dossiê de tombamento e que seu projeto feito anteriormente já é similar as estruturas existentes no Complexo da Vila Militar. A Arquiteta então fez uma segunda opção de projeto com a alteração dos pilares de concreto para os pilares de madeira, mantendo a arquitetura parecida com os pavilhões que se encontram na Vila Militar. A presidente Bárbara toma a palavra e fala que a região da Vila Militar necessita de um controle mais rígido, baseando nisso é necessário fazer alguns questionamentos, sendo o primeiro sobre a escolha do local, já que ele se encontra ao Prédio Central, uma das principais edificações da Vila Militar. A Major Mariana, alega que juntamente com o Tenente Marcos Luciano, participaram de reuniões prévias junto com a Secretaria de Obras e o Secretário de Licitação, alegando que o município procurou o comando da Polícia Militar interessados em utilizar o Complexo da Vila Militar para a implementação do projeto Cidade Inteligente. Após reunião técnicas com representantes da Prefeitura Municipal foi levantado a escolha de locais para a implementação da sala de videomonitoramento. A Major Mariana alegou que antes da intenção de se fazer essa sala de videomonitoramento, a Polícia Militar conta com outros projetos em andamento, como por exemplo a construção do posto de combustível e que foi analisado por todos, outras opções de locais para a construção da sala de videomonitoramento. O Tenente Marcos Luciano alegou que ao lado da oficina onde foi sugerido, está localizado o projeto do posto orgânico, que já foi feito a avaliação do terreno e estão aguardando somente o recurso para execução da obra. O Tenente alega que a norma da Polícia Militar, que se baseia em um decreto de 2.009, onde fala que a Polícia não pode ced